PROJETO DE LEI

PL./0155.8/2022



Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", para o fim de declarar de utilidade pública estadual a Associação Paradesportiva de Deficiência Intelectual de Joinville - APADI.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação Paradesportiva de Deficiência Intelectual de Joinville - APADI, com sede no Município de Joinville.

Art. 2º O Anexo Único da Lei nº 18.278, de 20 de dezembro de 2021, passa a vigorar com a alteração constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões.

Deputado Sargento Lima

Lido no expediente

053° sessão de 25, 05, 22

Às Comissões de:

(5) 505(CA
(7) 19500 Com 11500 Cità
()
()

Ao Expediente da Mesa

Deputado Ricardo Alba 1º Secretário





ANEXO ÚNICO (ALTERA O ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 18.278, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021)

"ANEXO ÚNICO ENTIDADES DECLARADAS DE UTILIDADE PÚBLICA

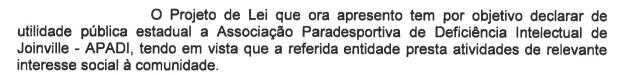
ITAPOÁ	LEIS
Associação Paradesportiva de Deficiência Intelectual de Joinville - APADI	

(NR)

Sala das Sessões,

GABINETE DO DEPUTADO SARGENTO LIMA

JUSTIFICAÇÃO



Nesse contexto, de acordo com seu Estatuto Social, Associação Paradesportiva de Deficiência Intelectual de Joinville - APADI tem por finalidade precípua de apoiar e orientar a prática desportiva das pessoas com deficiência intelectual, promover competições ou qualquer atividade que vise o desenvolvimento da saúde, bemestar e disseminação da inclusão da pessoa com deficiência.

Frente aos propósitos da referida entidade (nos termos de seu estatuto) e para que possa usufruir dos direitos e vantagens da Lei vigente, solicito aos Excelentíssimos Senhores Deputados e Deputadas a aprovação da presente proposição, para conceder à Associação Paradesportiva de Deficiência Intelectual de Joinville - APADI, com sede no Município de Joinville, o Título de Utilidade Pública Estadual.

Sala das Sessões.



DISTRIBUIÇÃO

O Senhor Deputado Milton Hobus, Presidente da Comissão, designou RELATOR do Processo Legislativo nº PL./0155.8/2022, a Senhora Deputada Ana Campagnolo, Membro desta Comissão, com base no artigo 130, inciso VI, do Regimento Interno (Resolução nº 001/2019).

Em consequência, faça-se a remessa dos autos do Processo Legislativo acima citado ao Senhor Relator designado, observando o cumprimento do prazo regimental.

Sala da Comissão, em 27 de maio de 2022

Alexandre Luiz Soares Chefe de Secretaria



GABINETE DO DEPUTADO SARGENTO LIMA

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº. 0155.8/2022

Art. 1º O Anexo Único do Projeto de Lei nº. 0155.8/2022 que passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO ÚNICO (ALTERA O ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 18.278, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021)

"ANEXO ÚNICO ENTIDADES DECLARADAS DE UTILIDADE PÚBLICA

JOINVILLE	LEIS
Associação Paradesportiva de Deficiência Intelectual de Joinville - APADI	

(NR)"

Sala das Sessões,

GABINETE DO DEPUTADO SARGENTO LIMA

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda Modificativa se faz necessária para correção da nomenclatura do município sede da Associação o qual consta na versão original do projeto de lei como Itapoá, sendo o correto Joinville.

Sala das Sessões,

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E IUSTICA

PARECER AO PROJETO DE LEI № 0155.8/2022

"Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que de Utilidade concedem o Título Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", para o fim de declarar de utilidade pública estadual a Associação Paradesportiva de Deficiência Intelectual de Joinville (APADI)."

Autor: Deputado Sargento Lima Relatora: Deputada Ana Campagnolo

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei nº 0155.8/2022 de autoria do Deputado Sargento Lima, que "Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida" os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", para o fim de declarar de utilidade pública estadual a Associação Paradesportiva de Deficiência Intelectual de Joinville (APADI)."

A proposição foi lida no Expediente da Sessão Plenária do dia 25 de maio de 2022, com posterior encaminhamento a esta Comissão de Constituição e Justiça, na qual fui designada à relatoria da matéria, nos termos do art. 130, VI, do Regimento Interno.

A matéria encontra-se em trâmite perante esta Comissão, nos termos do art.72 do RIALESC, para que se proceda a análise do aspecto constitucional, legal, jurídico e regimental.

É o breve relatório.

II - VOTO

No âmbito desta Comissão, cabe analisar a admissibilidade da matéria quanto aos aspectos de constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e de técnica legislativa, e neste aspecto, não vislumbro nenhum obstáculo à tramitação da proposição legislativa em apreço.

No que tange à constitucionalidade formal, anoto que a matéria: (I) vem estabelecida por meio da proposição legislativa adequada à espécie, ou seja, projeto de lei ordinária; (II) mostra-se legítima sua apresentação por Parlamentar, de acordo com a competência geral prevista no art. 50, caput, da Constituição Estadual, bem como (III) não está inserida no rol de iniciativa privativa do Governador do Estado, conforme dispõe o § 2º,doart. Constituição Estadual.

Pelo exposto, com base nos regimentais arts. 72, I e XV, 144, I, parte inicial, 145, caput (competência exclusiva da CCJ e da CFT para examinarem pareceres terminativos da tramitação de proposições, admitindo sua continuidade, ou não), 209, I, parte final, e 210, II, voto, no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 0155.8/2022.

Sala da Comissão,

Deputada Ana Campagnolo Relatora

Sampagnolo





FOLHA DE VOTAÇÃO

A COMISSAO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, no Regimento Interno,	s termos dos ar	tigos 146, 1	149 e 150 do
⊠aprovou ⊠unanimidade ⊠com emenda(s) □	aditiva(s)	□substit	utiva global
□rejeitou □maioria □sem emenda(s) □]supressiva(s)	⊠ modifie	cativa(s)
RELATÓRIO do Senhor(a) Deputado(a) ANA CAME	PAGNOLO	,	referente ac
Processo PL./0155.8/2022 , constante da(s) folha	(s) número(s)	49 A	50.
OBS.:			
Parlamentar	Abstenção	Favorável	Contrário
Dep. Milton Hobus Dup Jamada des Sentes Dep. Ana Campagnolo		123 1	
The second secon		⊠.	
Dep. Fabiano da Luz		21	
Dep. João Amin			
Dep. José Milton Scheffer			
Dep. Marcius Machado		.⊠	
Dep. Mauro de Nadal . ·	🗆	[Z]	
Dep. Paulinha			
Dep. Valdir Cobalchini Dip. Jirmando Krulling Despacho: dê-se o prosseguimento begimental.		U	
Despacho: de-se o prosseguimento regimental.	96/07	12027	

Reunião ocorrida em Pabiano Henrique da Silva Souza Coordenador das Comissões Matricula 3781





TERMO DE REMESSA

Tendo a Comissão de Constituição e Justiça, em sua reunião de 16 de agosto de 2022, exarado Parecer FAVORÁVEL com Aprovação da(s) Emenda(s) Modificativa(s) ao Processo Legislativo PL/0155.8/2022, referente ao seu campo temático, procede-se a remessa dos autos à Coordenadoria das Comissões para que se dê curso à tramitação do feito nos termos regimentais.

Sala da Comissão, 16 de julho de 2022.

Michelli Burigo Coan Chere de Secretaria



COM. DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA



DISTRIBUIÇÃO

O Senhor Deputado Dr. Vicente Caropreso, Presidente da Comissão, designou RELATOR do Processo Legislativo nº PL./0155.8/2022, o Senhor Deputado Luiz Fernando Vampiro, Membro desta Comissão, com base no artigo 130, inciso VI, do Regimento Interno (Resolução nº 001/2019).

Em consequência, faça-se a remessa dos autos do Processo Legislativo acima citado ao Senhor Relator designado, observando o cumprimento do prazo regimental.

Sala da Comissão, em 13 de julho de 2022

Chefe de Secretaria

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 0155.8/2022

Autor: Deputado Sargento Lima

Relator: Deputado Luiz Fernando Vampiro

I – RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei que altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", para o fim de declarar de utilidade pública estadual a Associação Paradesportiva de Deficiência Intelectual de Joinville (APADI).

A matéria foi lida no Expediente da sessão Plenária do dia 25 de maio de 2022, encaminhada a Comissão de Constituição e Justiça, na gual foi aprovada por unanimidade na forma da emenda modificativa de folhas 47 e 48.

Por fim, esta tramitando na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência onde fui designado Relator.

É o relatório.

II - VOTO

Cabe analisar nesta Comissão assuntos atinentes aos campos temáticos ou áreas de atividade da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, cabendo-lhe, sobre eles,

Gabinete do Deputado Luiz fernando Vampiro

exercer a sua função legislativa e fiscalizadora, conforme prescreve o Art. 87 do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

O presente projeto de lei visa alterar o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", para o fim de declarar de utilidade pública estadual a Associação Paradesportiva de Deficiência Intelectual de Joinville (APADI) que presta atividades de relevante interesse social à comunidade no tocante a apoiar e orientar a prática desportiva das pessoas com deficiência intelectual, a competições qualquer promover ou atividade que desenvolvimento da saúde, bem-estar e a disseminação da inclusão da pessoa com deficiência.

Do exposto, no âmbito desta Comissão, voto pela **APROVAÇÃO** do PL nº 0155.8/2022 na forma da emenda modificativa, devendo seguir seus trâmites regimentais.

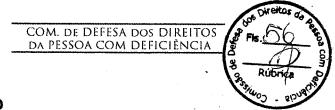
Sala das Comissões.

LUIZ FERNANDO VAMPIRO

Deputado Estadual

Palácio Barriga Verde Rua Jorge Luz Fontes, 310 | Gabinete 304 | Centro CEP 88020-900 | Florianópolis | SC Fone (48) 3221 2998 deputadovampiro@alesc.sc.gov.br.





FOLHA DE VOTAÇÃO

A COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESA dos artigos 146, 149 e 150 do Regimento Interno,	SOA COM DE	EFICIÊNCIA	, nos termos
⊠aprovou ⊠unanimidade ⊏com emenda(s) □a	ditiva(s)	□substitu	ıtiva global
□rejeitou □maioria □sem emenda(s) □s	upressiva(s)	☐ modific	ativa(s)
RELATÓRIO do Senhor(a) Deputado(a) しゅっと チャッ	rando Va	mvio,	referente ao
Processo PL01SS.8/2022, constante da(s) folha(s)	número(s)	54 e5	5 .
OBS.:			
Parlaméntar.	Alisiencão :	Favorável.	Contiduo.
Dep. Dr. Vicente Caropreso		À	
Dep. Fernando Krelling		囟	
Dep. José Milton Scheffer		×	
Dep. Luciane Carminatti			
Dep. Luiz Fernando Vampiro		囟	
Dep. Marcius Machado		図	
Dep. Marlene Fengler		対	

Despacho: dê-se o prosseguimento regimental.

Reunião ocorrida em 16 08 2022

Patiano Henrique da Silva Souza

Coordenador das Comissões

Matricula 3781



COM. DE DEFESA DOS DIREITOS
DA PESSOA COM DEFICIENCIA

FIS.

Rubrica

Rubrica

TERMO DE REMESSA

Tendo a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em sua reunião de 16 de agosto de 2022, exarado Parecer FAVORÁVEL à(s) emenda(s) Modificativa(s) ao Processo Legislativo nº PL./0155.8/2022, referente ao seu campo temático, procede-se a remessa dos autos à Coordenadoria das Comissões para que se dê curso à tramitação do feito nos termos regimentais.

Sala da Comissão, 16 de agosto de 2022

Chefe de Secretaria